

“Constituinte corre risco de impasse”

A Constituinte está num impasse, dez meses depois de começada. Ela não tem prazo para terminar, e os trabalhos só prosseguirão, agora na fase de plenário, se houver negociação, um entendimento capaz de unir os contrários. “Ou não teremos uma Constituição neste país.” A opinião foi manifestada ontem pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, em São Paulo, que falou pela primeira vez sobre o episódio de quinta-feira passada, quando dois deputados se engalfinharam, choveram moedas e até um chinelo das galerias da Constituinte, quando da votação pelo Centrão do regimento interno. “Em outro país do mundo isso não aconteceria, e, se acontecesse, os protagonistas estariam na cadeia”, disse o ministro.

Brossard está desencantado com os rumos da Constituinte. Procura manifestar opiniões somente entre amigos, dado seu cargo, pois teme que suas idéias sejam confundidas como “recado” do presidente José Sarney. Mas, ao contrário do presidente, ele é parlamentarista ao velho estilo de Raul Pilla, seu conterrâneo do Rio Grande do Sul.

“O método adotado pela Constituinte não foi o mais feliz, e o resultado está aí: dez meses depois de iniciada ela está longe de terminar os trabalhos. Ainda corre o risco de en-

contrar-se num impasse. Resolveram começar do zero, igual a tudo o que havia antes, como se fosse obra de ficção.”

Uma lei constitucional não pode ser, no entender do ministro da Justiça, “uma obra de ficção”, mas algo mais amplo possível, “na medida em que corresponde à maior gama possível da média da sociedade”. “A lei em geral deve ser a composição de interesses, deve corresponder a uma linha média de interesses, na medida em que se harmoniza, se compõe”.

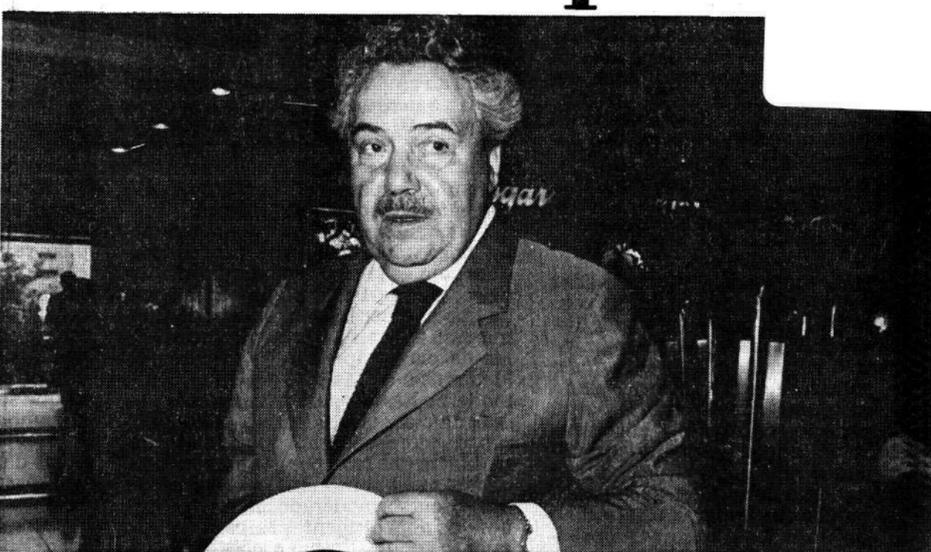
Esta forma, os capítulos que estarão sendo votados em plenário segundo Brossard, “não representam um avanço progressista, sob o ponto de vista constitucional. Temos que valorizar aquilo que chamamos de direito constitucional consolidado no País”, acrescentou o ministro, acusado pela deputada paulista Dirce Tutu Quadros (PTB) de ter sido visto inúmeras vezes negociando no plenário, ao lado do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Parlamentarista por convicção, o ministro Brossard não quis comentar o sistema ideal de governo, e, sobre o mandato presidencial também pouco falou: “Cinco anos? A Constituição de 1946 mantém critérios...”. Também o Centrão merece sucinto comentário de sua parte: “Foi a ma-

nifestação da maioria absoluta da Casa”. O fato de haver pontos polêmicos enfatizados pelo Centrão não é problema algum para Brossard: “Ora, quando houver desentendimento em plenário vota-se. Se houver uma discussão, ou se houver cem discussões, vota-se. Mas as façanhas estão muito desconfiadas umas das outras, e isso não é bom para os trabalhos”.

Cinco dias após o espetáculo em plenário quando dois deputados entraram em luta corporal e até o pé de um chinelo de borracha voou sobre o plenário, momentos antes da votação do Centrão, o ministro Paulo Brossard comentou o episódio. “Vi que das galerias grupos minoritários mesmo, através da ameaça, da coação, da violência verbal e física, preferem influenciar a deliberação parlamentar”.

“Não há parlamento do mundo em que se faça aquilo. A injúria, o insulto verbal, a manifestação, o jogo de moeda como se ali fosse mercado ou feira é uma coisa ignominiosa. Atraram objetos imundos, insultaram. Em nenhum país do mundo aconteceria isso. Nos outros países se prenderiam os manifestantes. Aí eu me pergunto: essas pessoas continuarão ganhando força, frequentando corredores e galerias?”.



“Em outro país do mundo os protagonistas (de arruaças) estariam na cadeia”, diz Brossard

Proposta da Mesa é bem aceita

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte reúne-se hoje, a partir das 15h30, para votar a proposta conciliatória da Mesa para alteração do regimento interno. Com exceção de poucos pontos, a proposta só não está sendo aceita pelos partidos e setores mais radicais.

Permanece ainda como ponto principal de divergência o dispositivo que confere preferência automática (sem votação) para as emendas inscritas pela maioria dos constituintes, ou seja, por mais de 280. A própria emenda seria colocada em votação.

O líder do PMDB, Mário Covas, vai tentar cortar a “preferência automática”, por entender que ela tem de ser obtida também por votação em plenário, independentemente do número de assinaturas que tenha. Mas desta vez não vai retirar seus liderados do plenário, como ocorreu na semana passada, quando foi votada e

aprovada a proposta básica do Centrão. “Quem perder, perdeu”, afirmou realisticamente.

Covas considera que o projeto da Mesa, além de haver sanado algumas “impropriedades técnicas”, amenizou a proposta básica do Centrão, aprovada quarta-feira (sem prejuízo das emendas). Por essa proposta, poderiam ser apresentados até substitutos completos ao projeto de Constituição. A Mesa abre essa possibilidade para títulos, capítulos e seções, mas não para o todo. “O ideal era que nem isso fosse permitido, mas sem dúvida melhorou”, disse Covas.

Outros pontos também eliminados pelo projeto da Mesa: a possibilidade de apresentação de emendas no curso da sessão, de apresentação de emendas de mérito na votação em segundo turno e obrigatoriedade de oferecimento de parecer, pelo relator, em plenário.

Há vários pontos do projeto da Mesa destacados para votação em separado, bem como muitas emen-

das. Por meio delas, a liderança do PMDB vai tentar “melhorar”, ainda mais, o projeto.

Os setores mais radicais, porém, não se dispõem a aceitar a proposta da Mesa. PC do B, PCB, PT e PDT a criticaram, ontem, e apresentaram substitutos visando a alterar mais profundamente o projeto.

Amarty Muller (PDT-RS) aproveitou a sessão para registrar seu protesto por estar a segurança impedindo o trânsito, pelo salão Verde (proximidades do plenário), de pessoas sem paletó e gravata. “Até um suplente de senador pelo Rio Grande do Sul foi impedido de passar”, acusou ele.

Houve também um toque de emoção: a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) chegou às lágrimas, ao registrar, nos anais, o fato de Brasília ter sido declarada, pela Unesco, “patrimônio cultural e artístico da humanidade”. E lembrou que Ulysses (que presidia a sessão) estava ao lado de seu pai no esforço para a construção da cidade.

Sem segurança não há votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares do Centrão entregaram ontem documento ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelando disposição de não comparecer ao plenário para a votação de hoje, caso não haja garantia ao livre funcionamento da Casa, “ameaçada por grupos organizados que não desejam permitir a votação livre e soberana da nova Constituição da República”. O governador José Aparecido, do DF, discutirá o assunto com o deputado Ulysses Guimarães, em reunião prevista para a manhã de hoje.

Uma Constituição votada nos termos e condições em que se desenrolou a última sessão da Constituinte, sob coação, desrespeitos e agravos inaceitáveis, nascerá sob o signo da legitimidade e não será representativa da vontade soberana do povo que aqui representamos, acentuou a nota entregue a Ulysses Guimarães. Os integrantes do Centrão reuniram-se, antes, com o líder do governo,

deputado Carlos Sant’Anna, que endossou os termos da nota e sua conclusão: “Sem as garantias solicitadas, não compactuaremos em nenhuma hipótese, através de nossa presença em plenário, para votar a Constituição, com a falta de decoro e dignidade na Assembleia Nacional Constituinte”.

A nota foi levada a Ulysses pelos deputados Carlos Sant’Anna, Roberto Cardoso Alves, Roberto Jefferson, Amaral Neto, Ricardo Flúza, Luís Eduardo Magalhães, Gastone Righi, Expedito Machado, José Lourenço e Bonifácio de Andrada. Ulysses disse que as providências necessárias à segurança dos constituintes seriam adotadas em reunião a se realizar, horas mais tarde, com os integrantes da Mesa, e ouviu as reclamações dos integrantes do Centrão. O líder Amaral Neto, um dos mais exaltados, citou as declarações do dirigente sindical Jair Meneguelli, publicadas pelo O Estado de S. Paulo, segundo as quais, os constituintes que votassem contra os trabalhadores seriam perseguidos e teriam suas casas picadas. Amaral disse já ter contratado

segurança para sua casa, a fim de proteger sua família, “com ordem de atirar contra invasores”.

Apesar das preocupações com a segurança, o deputado Daso Coimbra, estatístico do Centrão, garantiu hoje a presença, no plenário, de mais de 290 constituintes do grupo, pois ontem já estavam em Brasília 273. Há previsão da ausência de seis, que estão no Exterior ou doentes.

Após o encontro com Ulysses, o Centrão divulgou nota repudiando “a insólita agressão perpetrada contra a Constituinte e as criminosas ameaças da CUT e Conclat, enquanto aguarda energias providências do presidente Ulysses Guimarães, inclusive promovendo a responsabilização dos autores das agressões”. A nota acentua que o grupo atua “exclusivamente no âmbito da Constituinte, lutando pela liberdade e democracia, e, (ao contrário do discurso opaco e dissimulado dos radicais de esquerda), deixa claro sua intenção de lutar pelo desenvolvimento econômico, político e social do País, como forma de garantir aos trabalhadores sua promoção a padrões de vida dignos e justos, sem mentira e sem demagogia”.

Federais, não

A Mesa da Constituinte não aceitou as emendas dos deputados Amaral Neto (PDS-RJ) e Roberto Jefferson (PTB-RJ), que pretendiam requisitar forças federais para garantir os constituintes, mas vai pedir ao governador José Aparecido que 50 policiais militares fiquem, diariamente à disposição da Constituinte para reforçar a segurança feita por funcionários da Câmara e do Senado. Caberá ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, requisitar os policiais ao governador do Distrito Federal.

Segundo informou um dos membros da Mesa da Constituinte, as emendas de Amaral Neto e Roberto Jefferson são absurdas. As seguranças da Câmara e do Senado não são medidas preventivas para evitar a entrada, no Congresso, de pessoas sem identificação ou grupos ligados a entidades da Mesa, são mais do que suficientes para garantir a integridade física dos constituintes e a livre manifestação do seu voto.



Roque Sá

Ulysses reúne-se com o Centrão para analisar segurança

Especialistas darão redação final à Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Dois imortais da Academia Brasileira de Letras — Antônio Houaiss e Celso Cunha — deverão exercer seus conhecimentos e o talento na correção e precisão do texto da nova Constituição. A sugestão de convidá-los para a tarefa é do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e já foi aceita pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O projeto de resolução alterando o regimento interno da Constituinte, que será votado hoje, determina, expressamente, que, após sua votação, o documento será enviado a uma comissão de redação. Do grupo, integrado por constituintes — por enquanto só está confirmado o nome do relator Bernardo Cabral —, sairá um texto técnico. A expectativa do senador Afonso Arinos é de que a linguagem usada na futura Constituição se aproxime da perfeição e possa ser compreendida com a mesma facilidade tanto no Brasil como em Portugal.

Segundo a assessoria de Ulysses Guimarães, é possível que venha a ser convidado um jurista — de preferência um constitucionalista —, para que não haja nenhuma imprecisão do ponto de vista da terminologia jurídico-constitucional. Se a comissão de redação, a exemplo de Ulysses, aceitar a proposta de Arinos, o pequeno grupo de especialistas convidados teria por missão assessorar os constituintes responsáveis pelo texto final a ser submetido ao plenário.

A redação final, última etapa dos trabalhos constitucionais, deve tornar o documento em condições para ser promulgado. Após ser publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte, terá prazo de 24 horas para ser submetido à votação, em turno único, pelo plenário. Apesar de Ulysses, Arinos e Cabral serem a favor da convocação de especialistas em nome do perfeccionismo da nova Constituição, a palavra final vai depender da comissão de redação, que ainda não foi criada.

Xiitas redigem projeto paralelo ao do Centrão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um terceiro projeto de alteração do regimento interno da Constituinte, elaborado pela esquerda, representada principalmente pelo PT, MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB, PDT e PC do B, começou a tramitar ontem como um substitutivo ao substitutivo apresentado pela Mesa da Assembleia como alternativa ao projeto do Centrão.

O projeto da esquerda acaba com a pretensão do Centrão, de dar preferência à votação de emendas substitutivas integrais, desde que tenham apoio da maioria absoluta (mais de 280 assinaturas).

Em relação ao substitutivo de autoria da Mesa da Constituinte, o projeto das esquerdas pretende manter a Comissão de Sistematização, que o projeto de Ulysses Guimarães substitui por uma Comissão de Redação (com uma formação diferente) e passa o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a relator de plenário. Os esquerdistas argumentam que Cabral foi eleito relator da Sistematização, e não de plenário.

Além dos três projetos de alteração do regimento interno da Constituinte — um deles, o do Centrão, já aprovado pelo plenário —, há 47 emendas, apresentadas também pela esquerda. As emendas, na essência, pretendem alterar o artigo 1º do projeto do Centrão, que garante a prioridade para as emendas apoiadas pela maioria absoluta; acaba com as chamadas “emendas Boeing” estabelecidas pelo Centrão (que são aquelas que não aprovadas a primeira vez por maioria absoluta são votadas em três sessões seguidas, separadas por 24 horas uma da outra); e impossibilita votações em separado para determinados dispositivos, o que pode eliminar muita coisa do

projeto de Constituição aprovado pela Sistematização.

Embora parecidos, os três projetos de alteração do regimento interno da Constituinte têm objetivos diferentes. O mais novo, apresentado pela esquerda, permite a cada constituinte apresentar até cinco emendas e dez pedidos de destaque, totalizando 2.795 emendas e 5.590 destaques, mas veda a possibilidade de emendas substitutivas e títulos, capítulos ou à totalidade do projeto.

O prazo de emendas, por esse projeto, é de 72 horas, permanecendo o prazo de cinco dias para o relator emitir parecer e mais 72 horas para pedidos de destaque. O requerimento de preferência será subscrito por líder de bancada ou 56 constituintes e faculto, no encaminhamento da votação, o uso da palavra, por cinco minutos, de cinco constituintes (dois a favor, dois contra e o relator).

O projeto da Mesa faculta à maioria absoluta a apresentação de substitutos integrais a títulos e capítulos, que terão preferência automática, mas que não prejudicarão as demais emendas, e permite a cada parlamentar a apresentação de até quatro emendas e seis destaques. O mais conhecido de todos — até porque já devidamente votado —, o projeto do Centrão quer a preferência automática de emendas substitutivas de títulos ou capítulos, desde que contem com maioria absoluta; e, confirmada a votação da emenda, também por maioria absoluta, todas as demais emendas e o texto do projeto de Constituição da Sistematização seriam prejudicados em sua votação.

O Centrão restringe a apresentação de emendas a apenas três por constituinte, e o de destaques, a seis. O prazo para apresentação de emendas e destaques é de 72 horas e ao relator são garantidos os mesmos cinco dias de prazo dados pelos outros dois projetos de alteração do regimento.

Covas já admite sair do PMDB

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“O meu candidato a presidente da República é o dr. Ulysses”, disse ontem o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Em seguida, num desabafo, acrescentou: “Se até lá eu ainda estiver no PMDB”. Foi a primeira vez que o senador admitiu publicamente a possibilidade de deixar o partido.

Por coincidência, momentos depois, conversando com o senador Márcio Lacerda (MT), Covas ouviu a proposta de recriar “o antigo e histórico MDB”. O senador mato-grossense argumentou que as bases do partido estão desajustadas desde a incorporação do Partido Popular, situação agravada com as adesões de ex-arenistas e ex-pedestistas.

Mário Covas não desaprovou a idéia. Mesmo porque, embora negue, ele já não consegue mais esconder sua decepção com setores do PMDB.

A parlamentares amigos tem dito que, com certos peemedebistas, não participará do projeto de uma nova agremiação. Segundo o líder, sua visão de comportamento difere de muitos companheiros de partido. “Meu estilo é outro”, garante.

Quando surgiu a discussão entre os peemedebistas sobre a articulação de um novo partido — de centro-esquerda — Covas avisou que só deixaria o PMDB para entrar no “novo MDB”. Na conversa de ontem, Márcio Lacerda frisou que seria muito difícil fundar uma nova agremiação. Recriar o MDB é mais viável e de maior repercussão. O “novo MDB” seria um partido social-democrata, observou o senador mato-grossense.

Incidente

O líder do PMDB na Constituinte comentou, também, que foram incompletas as informações sobre o incidente com o deputado paulista Roberto Cardoso Alves na reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB. Em sua versão, ele ameaçou retirar-se do encontro depois que Cardoso Alves lhe disse: “Não quero falar com você”.

Os dois divergiram no exame do processo de expulsão da deputada estadual Ruth Escobar e dos vereadores Almir Guimarães, Jamil Acha e Andrade Figueira. Covas reclamou do fato de os processos estarem desde outubro na direção nacional e de que só agora o diretório nacional foi convocado para decidir — será no dia 15. Segundo Covas, a demora pode provocar a anulação das expulsões por decurso de prazo, o que terá péssima repercussão no PMDB de São Paulo. Garantiu ainda que não se trata de perseguição pessoal, pois pretende votar contra a expulsão de Ruth Escobar do partido.

Também ontem, o deputado Robson Marinho, do PMDB paulista, disse que Mário Covas “não pode, não deve, nem pretende disputar a indicação do partido como candidato à Presidência da República”. Ele considera que se as eleições forem em 88 Ulysses Guimarães será inveniável na convenção partidária.

Mas admitiu que, em outra legenda, Covas teria excelentes condições de vitória. Para Robson Marinho, “tudo vai depender da definição sobre sistema de governo e a duração do mandato de Sarney”.



Zero Hora 2/4/87

Boscacci Guedes



Carlos Chicarino 15/3/85

Henrique Sabóia

Sabóia, preocupado com eleição em 88

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, disse ontem em Porto Alegre estar muito preocupado com a possibilidade de a Constituinte dar quatro anos de mandato para o presidente Sarney, com a consequente convocação de eleições para 1988. “Temo que essa não seja a melhor solução para o País”, afirmou o ministro, observando que a campanha eleitoral coincidiria com o trabalho do Congresso, nas leis complementares, e das Assembleias Legislativas, nas Constituições estaduais.

“Não vou dizer que a eleição possa comprometer (a institucionalização do País), mas pode tornar as coisas mais difíceis.” Mas ressaltou que a decisão caberá à Constituinte. “Eu não opino sobre isso. Estou apenas manifestando meu entendimento de que eleições no ano que vem têm esses inconvenientes; mas o mandato (presidencial) não é uma coisa que me diga respeito”, comentou o almirante.

Em entrevista no Aeroporto Salgado Filho, o ministro da Marinha disse esperar que os constituintes façam uma Carta equilibrada, de centro, “que se situe exatamente na linha daquilo que a sociedade brasileira deseja”. Para Sabóia, “o povo brasileiro quer uma Constituição que respeite as tradições e aquilo que está arraigado no espírito nacional”.

O ministro não quis especificar essas tradições, observando que isso “poderia parecer interferência” sobre os constituintes. “Os eleitores para esta Constituinte têm de ter essa sensibilidade e captar a que o povo de fato aspira. Nós todos temos um sentimento perfeito daquilo que o brasileiro médio, que a comunidade como um todo deseja.”

Acompanhando o ministro da Marinha, o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, concordou com ele quanto à linha da Constituição e disse julgar importante o esforço que o Centrão vem fazendo na Constituinte. “Todo brasileiro consciente espera que eles (os parlamentares) saibam fazer uma Constituição equilibrada, que possa

trazer aquilo que todos esperamos, que é o bem-estar social do povo.” O general declarou-se confiante: “A impressão que nós temos, nós que estamos observando e na expectativa, é de que se busca justamente isso, uma Constituição equilibrada, dentro do regime democrático que estamos vivendo, que possa trazer esse equilíbrio social que tanto desejamos”.

SEM EMPECILHO

O general Edison Boscacci Guedes, no entanto, discorda do almirante Henrique Sabóia quanto a eleições no ano que vem “tornarem as coisas mais difíceis”. A campanha eleitoral, a seu ver, não irá “perturbar a vida normal do País”. Na sua opinião, deverá ser “uma campanha normal, democrática, e aí mais uma vez vamos ver a conscientização dos políticos”.

O comandante militar reiterou sua opinião de que todos deverão respeitar as decisões da Constituinte em relação à duração do mandato presidencial e ao sistema de governo. Ele não vê por que não tentar outra vez o regime adotado no Brasil no início da década de 60: “Nós já tivemos parlamentarismo anteriormente. Deu certo? Quem sabe vamos tentar novamente. Mas qualquer sistema de governo, parlamentarista ou presidencialista, é bom, desde que venha ao encontro dos interesses do povo”. A solução, para o general, parece fácil: “Agora é adaptar esse governo ao nosso povo, à nossa maneira de ser, de agir, de trabalhar, para o povo ter o governo que mereça”.

Insistindo em que a Nação espere uma Carta “moderada”, o general Boscacci Guedes observou que todos desejam “viver em liberdade e trabalhar”. “Os próprios industriais, os empresários não vivem dizendo isso? Eles querem uma Constituição equilibrada, com que eles possam trabalhar, investir e desenvolver este país.”

Sobre a perspectiva de a nova Constituição ainda demorar vários meses para ser promulgada, o comandante militar lembrou que, segundo os constituintes, um assunto “da seriedade e profundidade de uma Constituição tem de ser muito bem estruturado, muito bem estudado”.